

Iniciativa *Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes*

## **Relato Grupo de Trabalho Instrumentos Financeiros**

### **Primeira reunião de trabalho**

**São Paulo, 16 de março de 2016**

O Grupo de Trabalho (GT) que, no âmbito da iniciativa *Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes* (GVCes/IFC), debruça-se sobre instrumentos financeiros fala diretamente ao cerne da reflexão que motivou essa iniciativa: como possibilitar que o aporte de excepcionais investimentos por ocasião de um grande empreendimento resulte em desenvolvimento local efetivo e de longo prazo, numa esteira anterior e para além do restrito período de tempo em que as obrigações previstas pelo licenciamento ambiental se materializam?

É algo elementar que a resposta deva lastrear-se numa agenda de desenvolvimento, pactuada pelas diversas forças sociais que compõem um território, e que toda agenda ou plano, por sua vez, precisam de recursos para sua implementação. Mas o debate em torno de instrumentos financeiros, nesse contexto, pode partir, ainda, de uma leitura mais aprofundada segundo a qual carecem na Amazônia investimentos que procurem trabalhar as forças de mercado de forma a impulsionar atividades produtivas que tenham como princípios a conservação e uso sustentável da biodiversidade local, assim como a capacidade de gerar renda e emprego e melhorar a qualidade de vida da população.

De pouca efetividade seriam, então, incentivos avulsos a bons projetos, sem algum tipo de concertação que visualize e persiga o desenvolvimento territorial de uma maneira mais ampla. Assim, os caminhos que conduzem ao financiamento que o GT visualiza não seriam compostos por mera fonte de capital, mas contariam com identidade, governança e gestão autônomas, orientada por critérios neutros e universais para aplicação dos recursos e

políticas de salvaguarda, transparência e prestação de contas, entre outros requisitos.

A principal virtude desse modelo seria a de evitar pressões e negociações bilaterais entre atores específicos e os empreendedores de grandes obras, por exemplo, que não só desgastam as relações entre empresa, poder público e comunidade, como dificultam a construção progressiva de uma lógica de desenvolvimento integrado. Um primeiro desafio do GT, portanto, será o de lançar luz sobre uma proposta de governança capaz de blindar o instrumento, possivelmente um tipo de fundo, de conflitos de interesses. As boas práticas apontam para a composição de um conselho deliberativo, formado por representantes das esferas de governo, iniciativa privada, academia e sociedade civil organizada, apoiado por outros conselhos consultivos. O fundo ainda deve contar, em princípio, com estrutura de gestão profissionalizada.

Por um lado, o aporte das empresas responsáveis por um megaempreendimento figura como um ponto de partida significativo, o que também acompanha o movimento contemporâneo global de reconhecimento de novos padrões de responsabilidade empresarial com os territórios. Por outro, imagina-se que o fundo possa – e deva – atrair e alavancar recursos adicionais, o que pluraliza a governança e impõe que se compatibilize condições e exigências de diferentes contribuintes. Mais que isso, o debate de 16 de março até mesmo visitou a hipótese de que o fundo possa ser um intermediário para a execução de ações socioambientais previstas em licenciamento. Vislumbra-se que as virtudes de governança e missão bem definidas possam propiciar mais efetividade ao legado de desenvolvimento que essas medidas também representam. O grupo deve se aprofundar nessa discussão proximamente.

Imagina-se que o resultado final dos trabalhos do GT deva proporcionar alguns cenários, nos quais os elementos essenciais para a conformação do instrumento financeiro são descritos à luz das opções cabíveis, com vantagens e desvantagens, e espaço para recomendações a cada caso.

O GT também se deteve sobre as possibilidades de estrutura financeira, os riscos e oportunidades de cada uma delas. O modelo de *endowment*, por exemplo, possibilita que o recurso fundador seja perenizado por meio de investimentos financeiros, mas reduz a disponibilidade imediata para a execução de projetos na ponta. A opção *sinking*, ao contrário, traz ampla disponibilidade de recursos, mas um horizonte definido de esgotamento, depois do qual instrumento teria cumprido a sua missão. Nesse caso, o expediente de *matching fund*, em que se captam doações proporcionais ao aporte do próprio fundo, é alternativa para fortalecer a perspectiva de longo prazo. Mencionou-se, ainda, o modelo de fundo soberano, espécie de poupança destinada ao uso futuro, e o *revolving*, cuja perenidade se dá em função do reembolso de empréstimos. Em todos os casos, a discussão sobre conservadorismo ou ousadia da gestão financeira é iminente

Outros aspectos sobre os quais o GT ainda deve se aprofundar são as fontes de recursos (vantagens e desvantagens sobretudo no que diz respeito a verbas públicas ou privadas), critérios para uso (antecipa-se, por ora, uma diversidade de opções reembolsáveis e não reembolsáveis, em áreas que vão de apoio a atividades produtivas à conservação ambiental, passando por microfinanças e ações de apoio à cidadania); transparência e auditoria; requisitos para a gestão, no campo da administração institucional e de projetos.

### **PRÓXIMOS PASSOS DO GT**

O grupo deliberou que outras duas reuniões de trabalho, além de um seminário específico aberto a outras partes interessadas serão necessários. Já na próxima reunião, em maio, a equipe do GVCes deve apresentar um primeiro esboço das recomendações em cada ponto, para debate focado, e representantes da IFC trarão reflexões sobre a composição de fundos antecipatórios. O GVCes também se comprometeu a investigar formas alternativas de consulta, presencial ou virtual, para o documento de referência a ser formulado.

## **QUEM PARTICIPOU**

Participaram da reunião representantes das seguintes entidades: Pronatura, Fundação Amazonas Sustentável, Odebrecht, Instituto Dialog, Funbio, Engie, Ibama, BZDUZER e Itaú BBA, além de GVCes e IFC.

## **Sobre a iniciativa**

*O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 50 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.*

*O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Agendas de Desenvolvimento Territorial; Instrumentos de Financiamento; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas; e Ordenamento Territorial e Biodiversidade.*

*Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos será debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações com alto grau de aplicabilidade. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.*

## **Quer participar?**

Entre em contato:

[Graziela.azevedo@fgv.br](mailto:Graziela.azevedo@fgv.br)

(11) 3799-3502

Saiba mais:

[www.gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia](http://www.gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia)